

DA TROCA COMPETITIVA À TROCA COOPERATIVA: possibilidade efetiva para uma economia a serviço do “bem comum”

Cleiton Henrique Lopes*

RESUMO: A partir do pensamento do pensador brasileiro contemporâneo Maurício Abdala pretende-se propor a mudança do princípio da *troca competitiva* para o da *troca cooperativa* como possibilidade para se pensar em uma economia a serviço do “bem comum”. Para isso, busca orientar-se pela *crítica imanente* como método de análise da realidade sócio-histórica brasileira no intuito de se evidenciar que nesta encontram-se tanto obstáculos, bloqueios à efetivação da economia a serviço do “bem comum” (considera-se nesse sentido esta mesma realidade conjuntamente com a mercantilização das relações de sociabilidade a nível *micro* e a nível *macro*) quanto possibilidades para entevê-la (a mudança de princípios normativos, quais sejam, do princípio da *troca competitiva* para o da *troca cooperativa*). Indica-se que sem esta mudança de princípios falar em “bem comum” constitui-se como mera retórica na medida em que nossas condições sócio-históricas educam/formam o brasileiro em sentido contrário à busca do “bem comum”.

Palavras-chave: Teoria crítica. “Troca competitiva”. “Troca cooperativa”. Educação/formação do homem. Bem comum.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É mesmo possível uma *economia a serviço do bem comum* no interior do *Modo de Produção Capitalista* (MPC)? Não haveria uma contradição eminente entre o princípio básico desde o qual opera o MPC, o da “troca competitiva” com vista à lucratividade, e a noção de “bem comum”? O processo de educação/formação experimentado pelo brasileiro, a partir da atuação de nossas condições sócio-históricas objetivas e da assimilação da lógica de funcionamento do MPC, não tem apontado para um sentido adverso à noção de “bem comum”?

Não obstante o fato de termos herdados a noção de “bem comum” dos gregos verifica-se que seu uso tem se reduzido à mera retórica a adornar discursos Brasil a fora. Partindo da perspectiva de uma análise teórico-crítica¹ é possível diagnosticar que a realidade histórico-social tem sido

* Estudante do sexto período do Curso de Bacharelado em Filosofia da Faculdade Dom Luciano Mendes.

¹ Conforme Nobre (2009, p. 18) o que caracteriza o pensamento teórico-crítico é o seu esforço em identificar, nas condições do tempo presente, as *potencialidades* e os *obstáculos* à emancipação – sempre possível, porém bloqueada pelas condições vigentes.

De acordo com Martin Jay a “Teoria Crítica” ou “Escola de Frankfurt” originou-se na Alemanha do século XX congregando um grupo de intelectuais que tinham um horizonte de reflexão em comum, o marxismo, mas que não adotavam uma posição unívoca quanto ao enfrentamento dos problemas dos quais tratavam. Jay (1989, p. 25) afirma que o seu processo de constituição foi marcado pelos impactos da Primeira Guerra Mundial na vida dos intelectuais marxistas europeus. Dessa forma, salienta que eles se encontravam em um dilema no qual lhes era ofertado três opções básicas: 1) apoiar os socialistas moderados e sua recém criada República de Weimar (abdicando da revolução e da nova experiência russa); 2) aceitar a liderança de Moscou, unir-se ao partido comunista alemão e

marcada pela usurpação do “bem comum” em detrimento da acumulação e da correspondente preservação de “bens privados”.

A nossa própria realidade histórico-social, chão a partir do qual se forma, se educa o brasileiro, é hostil à noção do “bem comum”. Vale lembrar, a título de exemplificação, do nosso passado escravocrata e o que ele representa culturalmente em termos de exploração de um grupo de homens em prol do benefício de outros que exercem a posição de mando bem como em termos da naturalização da desigualdade entre os homens (parece-nos natural e necessário que exista uma classe na posição de mando e outra na posição de obediência servil). Ademais, constitui-se como obstáculo à verificação da vigência desta benevolente noção a mercantilização das relações de sociabilidade advinda da influência do MPC sobre as relações de sociabilidade do brasileiro. A partir do tipo de formação experimentado no interior deste modo de produção, tem se buscado, no nível *micro* destas relações o maior *lucro individual*, e, no nível *macro* destas mesmas relações, *o maior lucro para grupos e/ou aglomerações detentores do monopólio do capital privado*. Ambos os casos servem para embasar o diagnóstico de que a realidade sócio-histórica brasileira é, no mínimo, adversa à possibilidade de uma *economia à serviço do “bem comum”*. A possibilidade de que se resguarde as condições de possibilidade para uma *economia a serviço do “bem comum”* depende da substituição do princípio que perpassa transversalmente as relações de sociabilidade no MPC, o da “troca competitiva”, para um novo, o da “troca cooperativa”.

O exemplo a seguir ilustra a realidade da mercantilização das relações de sociabilidade e da busca do maior lucro privado, característico da “troca competitiva”, em detrimento da busca da cooperação mútua. Imagine que membros de uma determinada associação de pessoas (seja ele de natureza esportiva, recreativa, religiosa, educacional, *etc.*) resolvam confeccionar uma camisa comemorativa por ocasião do aniversário jubilar da organização. Como não possuem o capital necessário para isso recorrem aos comerciantes locais para angariar patrocínio. Salvo raras exceções que patrocinam por se simpatizarem com a organização a grande maioria patrocinará pensando na lucratividade que terão com a publicidade da “*logo*” da empresa se esta estiver estampada nas camisas. Uma das consequências disso é o fato de que porque a troca não é realizada visando o “bem comum” e a prática da ajuda mútua (quando vier isto virá em

trabalhar para suplantando o invento burguês de Weimar; 3) revisar minuciosamente a teoria marxista com o duplo objetivo de identificar os seus erros passados e preparar para a ação futura. Segundo o mesmo autor foi feita a escolha por esta terceira opção sendo ela que melhor caracteriza o pensamento teórico-crítico.

acréscimo) ela não se concretizará se não for garantia de retorno seguro à parte que faz o investimento. O “bem comum” estará subordinado ao “bem privado”.

Propõe-se que a busca pela maior lucratividade seja substituída pela da maior cooperação. Com esta mudança passa importar aos indivíduos não o lucro individual ou de um grupo de particularidades em defesa do capital privado, mas o da coletividade humana. Se isto não ocorrer e os homens continuarem a ser educados/formados a partir do princípio da “troca competitiva” continuará sendo mera retórica tratar da noção de “bem comum” teoricamente quando na prática educa-se, forma-se para o contrário.

1 Bem comum da Grécia ao Brasil?

A presente seção pretende, de forma breve e geral, retornar às origens do uso da noção de “bem comum” no contexto grego. Demonstrar que ela é um dos fundamentos de nossa Carta Magna. Evidenciar a contradição existente entre ideal proclamado (a busca do “bem comum”) e a realidade factual da nossa realidade sócio-histórica brasileira a partir da análise dos dados do *Relatório da Distribuição de Renda e da Riqueza da População Brasileira* (relatório elaborado a partir dos dados obtidos através da declaração do IRPF no período de 2014/2015), divulgado pelo Ministério da Fazenda em 2016.

A noção de “bem comum”, enquanto ideia, norma, lei, que deve perpassar o agir humano em âmbito geral e para a qual deve se dirigir o seu agir político, enraíza-se no pensamento da civilização ocidental desde a antiguidade grega. Esparta e Atenas dão testemunho disto. Enquanto na beligerante *polis* de Esparta o modo de viver em função do ideal do “bem comum” era buscado, sobretudo, através da adoção do lema “viver para o Estado”, isto é, colocar-se inteiramente a serviço do ideal do Estado, via de regra, por meio da prestação de serviço militar durante a vida inteira, em Atenas este ideal era buscado através da participação políticas dos

cidadãos² na *Ágora* (praça pública) em vista de decidir o melhor para a *polis* mediante a discussão dos problemas de época e formulação de leis³.

Com efeito, a célebre definição aristotélica da noção de “bem comum” está em íntimo diálogo com este segundo contexto, o ateniense. De acordo com a compreensão aristotélica o agir humano no interior da *polis* tem sua razão de ser no esforço contínuo pela implementação da *vida eudaimônica*, da vida em sua máxima realização qualitativa e quantitativa, para todos os que a constituem e isso se dá por via da atividade política. Para Aristóteles (EN, 4, 1095 a) uma vez que toda ação e toda escolha tem em vista um bem qualquer, considera-se que o bem buscado pela ciência política, é a felicidade [*a eudaimonia*] identificada com o *bem viver* e o *bem agir*. Através da ação política, da participação na vida política da *polis*, urge que os cidadãos estejam comprometidos em assegurar condições para o bem viver da coletividade. Se este comprometimento não se realizar, não for o sentido máximo do agir humano, perde-se o horizonte do “bem comum” e, conseqüentemente, da ciência política, do fazer político.

Saltando metodologicamente da Antiguidade para o tempo atual percebe-se que esta noção de “bem comum” ressoa na nossa Carta Magna como um de seus fundamentos. No *título I* da nossa Constituição de 1988, em seu terceiro artigo, ao serem tratados os objetivos fundamentais da *República Federativa do Brasil*, lê-se que, entre os objetivos ali explícitos que apontam para esta noção, implícita e/ou explicitamente, se destacam os de: “I) construir uma sociedade livre, justa e solidária; (...); III) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e IV) promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. O desafio de construir uma sociedade justa, livre e solidária bem como de erradicar a pobreza e a marginalização, de reduzir, as desigualdades sociais e regionais, de promover o bem de todos, se constitui como esforço de implementação da *eudaimonia* coletiva mediante, a oferta de condições de vida a partir das quais os cidadãos brasileiros possam “bem viver”. Ora, para isso vislumbra-se como necessário a superação dos fatores que obstruem a realização destes objetivos propostos. Estes fatores são, por exemplo, a nossa herança sócio-histórica recebida de nosso passado escravocrata, aristocrático, anti-

² Nem todos os atenienses eram considerados cidadãos. Assim eram considerados apenas os homens maiores de 21 anos de idade, possuidores de propriedade privada e de escravos.

³ Para uma compreensão do processo de educação/formação do homem grego, e para um aprofundamento da compreensão dos aspectos que caracterizam e especificam este mesmo processo entre espartanos e atenienses, confira a obra *Paideia: a formação do homem grego* de autoria de W. Jaeger.

democrático, elitizado, desalfabetizado, latifundiário⁴, etc. que pesa em sentido contrário. Vislumbra-se, pois, a necessidade de superar este quadro histórico-social.

No entanto não é este o movimento que se verifica na nossa realidade histórica. Persiste os aspectos que nos distancia da realização da noção de “bem comum” no aqui-agora de nossa nação. A análise da distribuição de renda em nosso país, importante aspecto da vida sócio-econômica da nação, possibilita-nos constar que ainda estamos distantes de alcançar os objetivos proclamados na Constituição bem como da noção basilar de “bem comum” que os inspira. Nesse sentido, o *Relatório da Distribuição de Renda e da Riqueza da População Brasileira*, realizado a partir dos dados da declaração do *Imposto de Renda de Pessoa Física* (IRPF) no período de 2014/2015, indica que estamos longe de superar a concentração de renda em nosso país. Nele consta que 8,4 % da população se apropria de 59,4 % da riqueza no Brasil. Consta também que esta concentração já começa entre os que constituem o topo da pirâmide. O grupo dos 1 % mais ricos concentra 56,7 % da riqueza dos 5 % mais ricos do Brasil⁵. Os redatores do documento concluem que “a concentração de renda e riqueza entre os mais ricos é substancial”. Sem a distribuição da renda socialmente produzida torna-se no mínimo retórico tratar da noção de “bem comum”, de “bem viver”. Verifica-se no caso analisado que a renda está sendo utilizada em prol do bem de grupos específicos, não do “bem comum”⁶.

2 Obstáculos à realização do bem comum

⁴ Diagnóstico fundamentado em: FREIRE, 1977, p. 65.

⁵ Pelo fato da pesquisa tomar como amostra apenas os declarantes do IRPF (cerca de 26,5 milhões no universo dos 101,5 milhões de pessoas economicamente ativas em 2013) torna-se possível investigar com maior precisão a concentração de renda a partir daqueles grupos que realmente a concentram.

⁶ Pelo fato de que a realidade sócio-histórica caminha no sentido oposto à realização da noção de “bem comum” tomam-se como retórica a defesa da noção desta mesma noção no atual modo de produção e reprodução material da vida: o *Modo de Produção Capitalista* (MPC). O diagnóstico de que a concentração de renda perdurou nos últimos tempos mesmo com os programas governamentais de transferência de renda aponta para o caráter retórico deste discurso dentro das condições de sociabilidade do MPC. Estes programas governamentais tem sim o mérito de ter tirado 36 milhões de pessoas da linha da miséria, no entanto, disso não se segue que lograram êxito em desestabilizar a concentração e renda no Brasil. Em muitos casos o dinheiro voltava para o domínio das grandes empresas privadas na medida em que as famílias sacavam o dinheiro (que tinham *direito* no auxílio) e eram vítimas da publicidade das grandes marcas ao serem engolidas pelo consumismo. Vale lembrar que existir neste MPC é acumular capital para acumular mercadorias na medida em que, conforme dissera Marx (*O capital*, 1983, p. 45), “a riqueza das sociedades em que domina o MPC aparece como uma imensa coleção de mercadorias”. Passam a alimentar o sistema que as exclui ao terem acesso ao capital. Falar de “bem comum” no interior do MPC é esforço retórico.

Tendo apontado a partir da análise dos dados do relatório acerca da distribuição de renda no Brasil que o contexto sócio-histórico no qual vive, se forma e se educa o brasileiro, está distante do ideal do “bem comum” objetiva-se nesta seção apontar para o fato de que no Brasil sob vigência do Modo Produção Capitalista falar de “bem comum” é retórica. O fato do contexto sócio-histórico pesar na direção oposta ao “bem comum” é corroborado com o tipo de educação/formação que o brasileiro recebe por influência deste mesmo contexto sócio-cultural e do modo de produção vigente⁷.

Para isso, apontaremos que este processo de educação/formação de não-promoção do bem comum opera objetiva e historicamente, aqui-agora, desde as relações estabelecidas *inter pares* até as decisões governamentais. O *modus operandi* deste processo é a efetivação do princípio de mercantilização, ou a mercantilização das relações de sociabilidade a nível *micro* e a nível *macro*. Com isso, as relações de sociabilidade são mercantilizadas, ou seja, passam a ocorrer na busca da maior lucratividade do próprio indivíduo e/ou de grupos específicos. Entende-se por mercantilização das relações de sociabilidade o processo em que estas relações são suprasumidas pela lógica própria ao tratamento conferido às demais mercadorias no MPC. Isto é, designa-se pela noção de mercantilização das relações de sociabilidade o processo em que estas relações passam a ser valorizada pela lucratividade que dela se extrai. Com isso, passam a ser instrumentos para a autovalorização do capital, isto é, para a obtenção de maior lucratividade em termos do aumento da quantidade de capital acumulado.

Incute-se nas vivências do indivíduo que importa o algo a mais, a mais-valia relacional, a lucratividade que ele obtém nas relações de sociabilidade seja a nível *micro* seja a nível *macro*. Este princípio educacional naturalizado pode ser identificado na máxima: “o que ganharei com isso!” ou “o que ganharei em troca disso!”. Extensivamente as relações de sociabilidade,

⁷ Elabora-se este diagnóstico da atuação das condições sócio-históricas sobre a formação do brasileiro a partir de Theodor Adorno. O autor alemão defende na obra *Educação e emancipação* (1995, p. 181) a perspectiva de que o indivíduo, em seu processo de educação/formação, é influenciado pelo tipo de *organização do mundo* vigente. Realiza-se o diagnóstico da determinação do condicionamento social, da circunstancialidade na qual vive o indivíduo, em seu processo de educação/formação. A emancipação será possível, pois, em Adorno mediante a resistências a estas determinações da *organização do mundo* que conduzem o indivíduo à condição de não-emancipação. Ainda acerca da ação da totalização integradora da organização do mundo sobre o processo de educação/formação experimentado pelo indivíduo pode-se consultar o texto *Adorno, semiformação e educação* de escrito por Leo Maar.

novamente, seja no nível *micro* seja no nível *macro*, são mercantilizadas a partir deste processo de educação/formação que ocorre durante a vida de cada indivíduo.

Como referencial teórico para ilustrar o primeiro caso, o da mercantilização das relações a nível *micro*, tomaremos como exemplo a análise o texto *Educação contra a barbárie*, no qual, Pucci trata do processo de educação/formação do homem no MPC mediante o cultivo das *virtudes do capital*. Para ilustrar o segundo caso, o da mercantilização a nível *macro*, será analisado o texto *Fim da Política do Estado e da Cidadania* de Roberto Romano, no qual, ele aponta o desmanche do Estado Moderno pela subordinação deste aos interesses dos grupos que detém o monopólio do capital privado. Com isso visa-se identificar que desde o nível *micro* até o *macro* as relações de sociabilidade são marcadas pelo princípio da “troca competitiva” no Brasil do MPC apontando que enquanto permanecer os princípios deste modo de produção como moventes destas relações será no mínimo retórico falar em “bem comum”.

No nível *micro* da relação de sociabilidade esta mercantilização se manifesta sob a forma do cultivo das *virtudes do capital*. De acordo com Pucci (s/d, p. 11) estas virtudes são: “o cálculo, a funcionalidade, a eficiência, a precisão em detrimento da formação humana”. Paralelamente ao cultivo destas virtudes ocorre o processo de instrumentalização das relações sociais. Agir socialmente passa a ter sentido somente na medida em que proporcionará às partes envolvidas o maior lucro possível. Conseqüentemente a noção de “bem comum” é obliterada nas relações *inter pares*. O que passa a reger as relações estabelecidas entre indivíduos neste caso é o princípio da “troca competitiva”. Por “troca competitiva” se compreende aquele tipo de troca *inter pares* que “tem como meta o ganho. É [a busca do lucro como imediato] retorno que define este tipo de troca. Não há relação de complementariedade, como o termo ‘troca’ pode sugerir, mas de pura aquisição” (ABDALA, 2002, p. 54). O que importa é o retorno *para si* que a relação com o outro irá proporcionar e não o bem deste outro ou quiçá o “bem comum”.

No nível *macro* a mercantilização das relações de sociabilidade conduz à corrupção da noção de que a política visa o “bem comum” (compreensão aristotélica da política que ainda é vigente na nossa Carta Magna de 1988). Conforme indica Romano (2014, p. 8) esta forma de corrupção pode ser verificada no desmanche do Estado Moderno operado desde a submissão dos três

poderes que O constituem à supremacia do monopólio econômico exercido pelo capital concentrado pelas grandes corporações e/ou grupos detentores do capital privado. Com isso, os espaços de poder e decisão política, as nossas Câmeras Legislativas por exemplo, se tornam arenas de defesa dos interesses destes grupos, mediante formações de bancadas por exemplo, em detrimento da defesa dos interesses dos cidadãos, portanto, em detrimento da defesa do “bem comum”. Economia e política se inter cruzam no entanto não o fazem na busca do “bem comum”. Pelo contrário, busca-se o bem dos grupos específicos acima mencionados.

A mercantilização das relações sociais em nível *micro* e *macro* não é um fato isolado. Faz parte do “todo social” desde o qual os indivíduos se formam, se educam, enquanto cidadãos brasileiros. Enquanto a mercantilização, a competitividade, a maior lucratividade, *etc.* forem elementos formativos no processo de educação/formação do brasileiro será retórico falar de “bem comum”.

3 Passagem da troca competitiva à troca cooperativa: possibilidade efetiva para a realização da economia a serviço do “bem comum”

Nesta última seção do trabalho defende-se que a alternativa para que a economia esteja a serviço do “bem comum” é a modificação do princípio que permeia toda a organização da “casa comum”, isto é, a passagem do princípio da “troca competitiva” para o da “troca cooperativa”. Em outras palavras, a alternativa para que a economia esteja a serviço do “bem comum” é construção de uma organização econômica que seja alternativa em relação ao MPC.

Tomando a palavra “economia” (*oeconomia*) como é definida no *Dicionário de Filosofia* de Abbagnano (2007, p. 298), ou seja, “como ordem ou regularidade de uma totalidade qualquer, seja esta uma casa, uma cidade, um Estado ou um mundo” vislumbra-se que esta passagem, esta mudança de princípios é condição necessária para que de fato a ordem, a regularidade, a organização intrínseca da “casa comum” esteja destinada ao “bem comum”. Sem esta mudança de princípio as tentativas de resguardar a noção de “bem comum” serão meramente retóricas.

Esta perspectiva é apresentada por Maurício Abdala, filósofo brasileiro contemporâneo, no livro *O princípio da cooperação: em busca de uma nova racionalidade* (2002), e mostra-se realizável na medida em que se considera que no interior do MPC é absolutamente retórico falar em “bem comum” porquanto, mediante o princípio da “troca competitiva”, busca-se o “ganho próprio” desde o nível *micro* até o *macro* das relações de sociabilidade, ou seja, busca-se algo que se difere e se distancia da noção de “bem comum”.

Ao propor esta mudança Abdala resguarda noção comum às condições de sociabilidade burguesa, qual seja, a noção de *troca*. Com efeito, propõe a mudança de princípios, isto é, propõe o processo de passagem da “troca competitiva” (tal como foi definida anteriormente, ou seja, como sistema de troca em que os indivíduos nela envolvidos buscam, cada um, o ganho *para si*) para a “troca cooperativa”.

A troca cooperativa caracteriza-se em um primeiro momento como *práxis revolucionária*. Nas palavras do próprio Abdala (2002, p. 100) “como práxis destruidora do eixo fundamentador da economia capitalista e de todas as relações sociais subsumidas à racionalidade do mercado”. O esforço de superar a racionalidade do mercado típica do capitalismo, aquela que visa o ganho próprio, a maior lucratividade, o acúmulo de *mais valia*, etc. deve-se o fato de que não basta que os homens se unam em um processo de cooperação. De acordo com Marx no *Capital* (1983, p. 265) o que caracteriza o MPC é a cooperação mútua entre pessoas que vendem suas forças de trabalho para serem incorporadas nos meios de produção capitalista. De igual forma “a produção capitalista começa de fato apenas onde um mesmo capital individual ocupa simultaneamente um número maior de trabalhadores” (MARX, 1983, p. 257). Por assim ser, o que caracterizaria a “troca cooperativa” conforme proposta por Abdala, mais do que a congregação de um certo número de pessoas na busca de um objetivo compartilhado, é justamente a superação deste princípio nomonológico da “troca competitiva” por um outro em que os homens busquem cooperar mutuamente em busca de fato de um *bem* que seja *comum*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MPC, a partir do princípio da troca competitiva, é formativo/educativo. Alternativas às diversas formas de degradação do ideal do “bem comum” nos tempos hodiernos devem ser pensadas em seu interior. Não apesar do MPC, mas a partir do MPC. Caso contrário, serão retóricas, impotentes, ineficazes, *etc.* Destino semelhante é reservado à teorias que busquem o “bem comum” de forma ideal, isto é, que não se constituam em resposta às condições sócio-históricas objetivas de nossa realidade. A proposta da passagem do princípio da “troca competitiva” para o da “troca cooperativa” merece atenção justamente na medida em que parte do modo de produção vigente para propor uma alternativa a ele. Daí o seu caráter revolucionário de ser uma forma de resistência à mercantilização das relações de sociabilidade.

Poderia ser utilizado talvez como exemplo nesse sentido citar o caso de uma organização tribal que ainda se organiza primitivamente, que não foi influenciada por nossa cultura de “homens civilizados” pautados na “troca competitiva” como parâmetro de sociabilidade. No entanto não interessa fazê-lo por simples motivos: 1) desconheço um caso em que isto seja, em absoluto, verificável; e 2) não tenho experiência de pesquisa de campo para tratar desta exemplificação e 3) apesar do princípio da “troca competitiva” ser realizável é necessário salientar que há casos em que muito se aproximam de sua realização mas que, no entanto, em maior ou menor grau, as relações já são mercantilizadas por influência da nossa cultura marcada pela princípio que se quer combater (o da “troca competitiva”).

O que caracteriza o presente trabalho não é o esforço em afirmar uma perspectiva cética quanto a possibilidade de instauração de uma economia que verdadeiramente esteja a serviço do “bem comum” (ainda que isso possa advir em consequência). Mas, o esforço em afirmar que os diagnósticos de modos possíveis de emancipação, de superação da não-colocação da economia a serviço do “bem comum”, serão impotentes se não indicarem mecanismo de superação do atual modo de produção e reprodução material da vida existente na medida em que é ele a estrutura sistêmica que tem educado/formado o homem em direção contrária.

Como superá-lo? Não arrisco apontar saídas até porque sei que não estaremos, nós formados sob influência da lógica do MPC, dispostos a abrir mão da comodidade criada pela estrutura sistêmica que edificamos. Ainda que esta estrutura seja avessa à noção de “bem comum” conquista-nos por proporcionar quinhões de bens particulares/privados. Esta é crueza e a sordidez da questão: o MPC forma-nos mediante o encantamento suscitado com a eficácia que lhe é própria em nos proporcionar comodidade, sombra fresca, ainda que às custas do suor e da exploração da força de trabalho alheia. Também os explorados serão encantados ao gozarem de certa participação na comodidade capitalista. Oferecendo-nos migalhas de comodidade, concedendo-nos a efêmera sensação de possui-la quando ela nos possui, naturaliza-se a comodidade maior dos detentores dos meios de produção e do monopólio do capital.

Ainda que não seja possível no momento superar o atual modo de produção vigente, o MPC, vislumbra-se ser possível, a partir da modificação do princípio que rege as relações de sociabilidade, criar novas condições de possibilidade para a efetivação destas relações e, a partir daí, educar/formar os homens tendo como sentido último o “bem comum”. A superação do MPC viria em consequência disso (após a efetivação do processo de naturalização do “bem comum” como ponto de partida e de chegada das ações humanas). Se as estratégias de resistência a atual forma de organização econômica contrária ao “bem comum” não partirem do enfrentamento às condições sócio-históricas objetivas dela advinda, serão esforços retóricos. Permanecerá a onipotência do MPC.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Maurício. *O princípio da cooperação: em busca de uma nova racionalidade*. São Paulo: Paulus, 2002.

ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Paz e Terra, 1995.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução Leonel Vallandro; Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 2004. pp. 11-13.

Dados do IRPF 2015/2014. Relatório da Distribuição de Renda e da Riqueza da População Brasileira. Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica. 2016. Disponível em: <<https://www.fazenda.gov.br>> Acesso em: 20 set. 2017.

ECONOMIA. ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. Tradução: Alfredo Bosi. Martins Fontes: São Paulo, 2007.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. 2º. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

JAY, Martin. *La imaginacion dialética*. Tradução para o castelhano: Juan Carlos Gurutchet. Madrid: Taurus, 1989.

JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. Tradução: Artur M. Parreira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LEO MAAR, Wolfgang. Adorno, semiformação e educação. Dossiê: Adorno e a educação. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 24, n. 83, pp. 456-476, ago. 2003. Disponível em: <<http://www.Scielo.br/pdf/es/v24n83/a08v2483.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia*. Tradução: Régis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. V. 1.

NOBRE, Marcos. *Apresentação e introdução*. In: NOBRE, Marcos (org.). Curso livre de teoria crítica. 2.ed. Campinas: Papyrus, 2009.

PUCCI, Bruno. *Educação contra a barbárie*: 2007. pp. 1-14, (s/d). Disponível em: <<http://www.unimmep.br>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

ROMANO, Roberto. Fim da Política do Estado e da cidadania? *Cadernos IHU ideias*, n. 202, a. 11, 2014.